

A/O
005/89

Ives Gandra da Silva Martins

A CONVERGÊNCIA E A EDUCAÇÃO

Ives Gandra da Silva Martins,
Professor Titular de Direito Econômico
da Faculdade de Direito da Universidade
Mackenzie e Presidente da Academia Internacional de
Direito e Economia.

O grande número de educadores que subscreveu o manifesto da Convergência Democrática indica bem a característica maior do projeto de um Brasil moderno, que o Movimento está conformando, e que deve ser a plataforma do candidato à presidência da República, que vier a escolher.

Todos os subscritores que lecionam não são políticos, mas acreditam que o patriotismo não se esgota apenas nos partidos políticos. Acreditam mais que o verdadeiro patriota não é o que ambiciona cargos políticos mas aquele que não os deseja, mas que, se um dia os assume, os transforma em encargos.

A Convergência acredita que o verdadeiro patriota, quando faz política, deve ter a compostura de um Campos Salles, capaz de entrar rico no governo e dele sair pobre, após ter sido Ministro, Presidente e Senador da República.

Se a idoneidade moral, valor a ser resgatado nos dias que correm, é componente fundamental do futuro candidato, tão importante quanto este valor primeiro é seu compromisso com as idéias da convergência, entre as quais a educação se constitui no mais acalentado projeto do grupo fundador.

Se o Brasil investisse o triplo do que hoje investe em educação e reduzisse pela metade os gastos que hoje tem com a sua sofrível "performance" empresarial em uma geração, com a potencialidade do povo, da terra e do clima, o país se tornaria uma real potência e não apenas uma promessa, que o correr dos anos não consegue realizar.

.2.

Com uma legislação moderna de repressão ao abuso do poder econômico, que não passasse pelos mal desenhados anteprojetos deste governo, e com um processo de desregulamentação da economia e de desestatização, o Estado passaria a gastar menos com sua descompassada administração indireta e a receber mais em tributos do setor privado ampliado, sem necessidade de aumentar a carga tributária, antes podendo diminuí-la.

Se o Estado passasse a ser sócio privilegiado por força dos tributos, sem os ônus de gerenciamento da economia, e não empresário mal sucedido, gerador de prejuízos que só não o levam à falência, pois se outorga o direito de assaltar o povo, emitindo moeda para suprir suas insuficiências notórias, à evidência, sobraria numerário para cuidar de sua vocação natural que é administrar justiça, ofertar segurança pública, manter sistemas modernos de saúde, previdência e assistência social, sobre se lançar para um projeto audacioso de ofertar educação real ao povo brasileiro.

Quando se compara o nível do ensino de primeiro e segundo graus, assim como de graduação e pós-graduação do Brasil, com aquele dos países em que o Estado não é empresário (EUA, CEE, Japão, etc.), percebe-se o crime que pratica o governo contra o povo ao continuar pretendendo a desperdiçar os poucos recursos oficiais em sua sandice empresarial.

Quando se verifica o nível de remuneração dos professores-que deveriam ser os mais bem remunerados servidores públicos deste país, pois responsáveis pela formação do futuro da pátria-e se compara o que recebem com o que recebem os professores americanos, que podem se dedicar às pesquisas inclusive, há de se compreender a revolta, o protesto e a tendência contestativa dessa classe, essencial para a nação e que pelo governo é tão maltratada.

Um projeto nacional há de passar necessariamente por um corajoso incremento de recursos para a educação, o que apenas será possível se o Estado diminuir sua falida presença empresarial.

Ives Gandra da Silva Martins

.3.

Todos os subscritores do manifesto da Convergência estão convencidos que a educação é o melhor investimento que a nação pode fazer e aquele de mais rápido retorno. Formar o jovem é formar o Brasil do amanhã.